



Mudança do Papel dos Serviços Especializados

Relatório Síntese Final



EUROPEAN AGENCY
for Special Needs and Inclusive Education



MUDANÇA DO PAPEL DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Relatório Síntese Final





A Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (a Agência) é uma organização independente e autónoma. A Agência é cofinanciada pelos Ministérios da Educação dos países membros e pela Comissão Europeia através de uma subvenção de funcionamento no âmbito do programa da União Europeia (UE) no domínio da educação.



Cofinanciado pela
União Europeia

Financiado pela União Europeia. As perspetivas e opiniões aqui expressadas são apenas as do(s) autor(es), não refletindo necessariamente as perspetivas e opiniões da União Europeia ou da Comissão Europeia. A União Europeia e a Comissão Europeia não podem ser responsabilizadas por elas.

As opiniões expressas neste documento por qualquer indivíduo não representam necessariamente as opiniões oficiais da Agência, dos seus países membros ou da Comissão Europeia.

© European Agency for Special Needs and Inclusive Education 2022

Editores: Mary Kyriazopoulou e Anthoula Kefallinou

Esta publicação é um recurso de livre acesso. Tal significa que é possível aceder, utilizar e divulgar a publicação com a devida referência à Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. Consulte a Política de Livre Acesso da Agência para obter mais informações: www.european-agency.org/open-access-policy.

Esta publicação pode ser citada da seguinte forma: Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2022. *Mudança do Papel dos Serviços Especializados: Relatório Síntese Final*. (M. Kyriazopoulou e A. Kefallinou, ed.). Odense, Dinamarca



Este trabalho está licenciado sob uma **Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional**. Não pode modificar nem traduzir esta publicação sem autorização da Agência.

Tendo em vista uma maior acessibilidade, este relatório está disponível em 25 línguas e em formato eletrónico acessível no Web site da Agência: www.european-agency.org

Esta é uma tradução de um texto original em inglês. Em caso de dúvida sobre a exatidão da informação no texto traduzido, consulte o texto inglês original.

ISBN: 978-87-7599-022-1 (versão eletrónica)

Secretariado

Østre Stationsvej 33
DK-5000 Odense C Denmark
Tel.: +45 64 41 00 20
secretariat@european-agency.org

Delegação em Bruxelas

Rue Montoyer, 21
BE-1000 Brussels Belgium
Tel.: +32 2 213 62 80
brussels.office@european-agency.org



Índice

Introdução	5
Fase 1: Mapeamento de abordagens dos serviços especializados em países europeus	6
Fase 2: Desenvolver um roteiro para a mudança do papel dos serviços especializados	8
O quadro geral do CROSP	9
A ferramenta de autorrevisão do CROSP: um roteiro para a mudança do papel dos serviços especializados	12
Observações finais	15
Referências	16







Introdução

A abordagem baseada nos direitos à educação inclusiva, defendida pela **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança** (1989) e pela **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2006), promove uma educação de alta qualidade para todos. Todos os países membros da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (a Agência) concordam e estão a trabalhar para desenvolver sistemas de educação inclusiva que visam satisfazer todos os direitos dos alunos a uma educação inclusiva com os seus pares dentro das suas comunidades locais (**Agência Europeia, 2015**).

Ao trabalhar para este objetivo baseado nos direitos, os países reconhecem cada vez mais a necessidade de mudar o papel dos serviços especializados. Em vez de colocar os alunos que precisam de apoio em ambientes especiais, os sistemas educativos estão a avançar no sentido de esperar que os profissionais da educação regular satisfaçam diversas necessidades (**Conselho da União Europeia, 2018; Agência Europeia, 2015**). Uma questão-chave para muitos países é, portanto, esclarecer o papel dos serviços especializados no apoio aos direitos de todos os alunos à educação inclusiva.

O projeto **Mudança do papel dos serviços especializados no apoio à educação inclusiva** (CROSP) focou-se na reorganização dos serviços especializados para apoiar o direito à educação inclusiva para todos os alunos. Destinava-se a identificar e analisar desafios e oportunidades na política e prática nacionais que influenciam a reorganização e reforma dos serviços especializados com vista a uma educação inclusiva para todos os alunos.

O CROSP teve duas fases:

- A fase 1 (2017–2018) abordou um exercício de mapeamento detalhado sobre tendências e situações passadas e atuais em 26 países membros da Agência relativamente aos serviços especializados, bem como tendências futuras observadas. O **relatório síntese da fase 1** é o resultado (Agência Europeia, 2019).
- A fase 2 (2019–2022) baseou-se nos principais resultados da fase 1, com foco em atividades de aprendizagem entre pares. Estas incluíram workshops temáticos com decisores políticos dos países membros da Agência. A abordagem da aprendizagem entre pares visava facilitar o desenvolvimento pelos países membros de estratégias mais eficazes para melhorar o papel dos serviços especializados para a educação inclusiva. A fase 2 foi concluída com o desenvolvimento de um **roteiro**, na forma da **ferramenta de autorrevisão do CROSP**, que fornece uma visão holística das prioridades e estratégias políticas, bem como os principais passos ou marcos (ou seja, ações-chave) no processo de mudança.

Este relatório apresenta as principais conclusões das fases 1 e 2 do projeto CROSP.



Fase 1: Mapeamento de abordagens dos serviços especializados em países europeus

A fase 1 teve como objetivo criar uma visão geral clara do desenvolvimento dos serviços especializados para satisfazer os direitos dos alunos à educação em geral e à educação inclusiva, mais especificamente. Identificou e analisou fatores dentro das políticas e práticas nacionais que apoiam a mudança do papel dos serviços especializados para uma educação inclusiva para todos os alunos.

Vinte e seis países membros da Agência participaram no exercício de mapeamento da fase 1.

Os representantes dos países participantes prepararam relatórios com contributos das suas redes nacionais de especialistas. Os relatórios abrangeram todos os tipos de serviços especializados que apoiam os recursos regulares ao nível da escolaridade obrigatória. Tal incluiu apoio para alunos em escolas, unidades e turmas especiais. Incluiu também profissionais que prestam apoio, aconselhamento e orientação aos alunos e às partes interessadas dos recursos regulares. Os relatórios continham dados sobre o número de escolas especiais, turmas e profissionais em cada país. Descreviam também estruturas e processos, como políticas, sistemas de apoio e processos de transformação.

A análise dos relatórios dos países forneceu informação importante sobre:

- o papel atual e principais características dos serviços especializados;
- as principais reformas políticas dos países em relação aos serviços especializados;
- outros desenvolvimentos de políticas que são necessários para transformar o papel dos serviços especializados para apoiar a educação inclusiva.

Definição dos serviços especializados

De acordo com os países participantes, os seus serviços **especializados** consistem em serviços adicionais de educação, avaliação e orientação para os alunos, juntamente com recursos adicionais para as escolas, os professores e as famílias. Os serviços especializados podem assumir a forma de recursos escolares, apoio externo e escolas especiais.

Estes serviços envolvem vários grupos de especialistas que abrangem educação especial, bem-estar social, reabilitação, saúde, intervenção precoce, desenvolvimento pessoal e vias de transição no sistema educativo.

Os países membros da Agência estão ativamente a desenvolver políticas para reformular e reorganizar os serviços especializados para uma educação inclusiva. As suas principais reformas políticas envolvem:

- a promoção de uma abordagem baseada nos direitos;
- a reformulação da relação entre os serviços regulares e especializados;
- o desenvolvimento de novos sistemas de apoio.



Benefícios da mudança do papel dos serviços especializados

Em muitos países, a transformação dos serviços especializados para uma educação inclusiva resulta na educação de mais alunos em ambientes regulares, uma vez que recebem o apoio de que precisam.

Também conduz a mudanças positivas nas atitudes a nível escolar em relação à diversidade na aprendizagem.

Além disso, aumenta a sensibilização das escolas quanto à necessidade de desenvolver ambientes de aprendizagem inclusivos e flexíveis. Alterar o papel dos serviços especializados para apoiar a inclusão nas salas de aula regulares pode evitar o abandono escolar e ajudar os professores a adquirir competências para apoiar todos os alunos.

Estes benefícios favorecem uma maior inclusão e o desenvolvimento de sistemas mais inclusivos que oferecem educação de alta qualidade para todos os alunos (Agência Europeia, 2015).

Áreas políticas que podem impulsionar a mudança

A análise de dados revela a necessidade de capacitar ainda mais os serviços especializados para atuarem como um recurso para os recursos regulares e equipar as partes interessadas com vista à implementação da educação inclusiva. A transformação dos serviços especializados num recurso envolve quatro áreas inter-relacionadas que os decisores políticos consideram relevantes. São elas:

- mecanismos de governação para apoiar a cooperação entre os serviços especializados e regulares em todos os níveis;





- financiamento de políticas e estratégias que apoiem os serviços especializados para atuar como um recurso para a educação inclusiva;
- mecanismos de capacitação que permitam aos profissionais dos serviços especializados apoiar eficazmente as partes interessadas na educação regular;
- mecanismos de garantia de qualidade para serviços especializados que promovam sistemas transparentes e responsáveis para a educação inclusiva.

Estas áreas políticas estão relacionadas com componentes-chave, que foram identificados em trabalhos prévios da Agência, para desenvolver mecanismos de alocação de recursos eficientes e de custo efetivo e reduzir a disparidade na educação (ver **Políticas de Financiamento para Sistemas de Educação Inclusiva**).

O **relatório síntese da fase 1 do CROSP** (Agência Europeia, 2019) contém mais informações sobre as conclusões da fase 1. Um **vídeo animado** e um **infográfico** com as principais mensagens da fase 1 também estão disponíveis na **área Web do CROSP**.

Fase 2: Desenvolver um roteiro para a mudança do papel dos serviços especializados

Com base nas principais conclusões da fase 1, a fase 2 visava especificamente permitir que os países membros desenvolvessem estratégias mais eficazes para melhorar a transformação do papel dos serviços especializados com vista à implementação da educação inclusiva.

O CROSP seguiu uma abordagem de aprendizagem entre pares. Com base nas abordagens e metodologias existentes (ou seja, **Andrews e Manning, 2015**) e no trabalho anterior da Agência (ou seja, **Revisão e Análise das Políticas do País; Políticas de Financiamento para Sistemas de Educação Inclusiva**), o processo envolveu os decisores políticos com um foco e conhecimento profissionais comuns em atividades e discussões pré-acordadas entre si.

A abordagem da aprendizagem entre pares tinha três objetivos inter-relacionados:

- **Um objetivo relacionado com o conteúdo**, incluindo a aprendizagem sistemática entre países. O objetivo era ir além da partilha de informações e fornecer um espaço para uma reflexão estruturada sobre os desafios das políticas.
- **Um objetivo relacionado com o processo**, incluindo revisão colaborativa e autorreflexão. Tal permitiu que os países aprendessem uns com os outros, identificando os pontos fortes e os desafios das políticas e estratégias existentes para a mudança do papel dos serviços especializados no sentido de uma educação inclusiva.
- **Um objetivo relacionado com os resultados**, incluindo o desenvolvimento conjunto da ferramenta de autorrevisão do CROSP, bem como atividades de divulgação e acompanhamento a nível nacional.

Atividades da fase 2 do CROSP

A abordagem de aprendizagem entre pares incluiu **duas rondas de workshops temáticos**. Em 2022, teve lugar uma conferência final com todos os países membros da Agência.



Durante a primeira ronda de *workshops*, os representantes dos países discutiram políticas e estratégias nacionais/regionais/locais eficazes, bem como desafios e experiências comuns e específicos de cada país relacionados com quatro áreas temáticas: governação, financiamento, desenvolvimento de capacidades e garantia de qualidade.

Na segunda ronda de *workshops*, os países discutiram seis princípios orientadores acordados (o «**porquê**») e como estes podem ser traduzidos em prioridades/estratégias políticas (o «**o quê**») e, posteriormente, em ações concretas (o «**como**»). Os *workshops* também se concentraram na conceção e divulgação da ferramenta de autorrevisão do CROSP.

Para envolver ativamente todos os participantes nas discussões, ambas as rondas de *workshops* tiveram uma estrutura «dialógica». Foi atribuído um papel a todos os participantes e ocorreu uma troca de experiências estruturada.

Além das duas rondas de *workshops* temáticos, o processo de aprendizagem entre pares continuou através de duas reuniões *online*. Isto permitiu que os participantes progredissem com o quadro para desenvolver a ferramenta.

A abordagem de aprendizagem entre pares passou por uma avaliação formativa. Esta avaliou se o envolvimento de pares permitiu resultados de aprendizagem que podem ajudar os países a alcançar mudanças no processo para o novo papel dos serviços especializados no apoio à educação inclusiva. A **avaliação formativa** (Agência Europeia, 2022) da metodologia de aprendizagem entre pares do CROSP está disponível na área Web do CROSP.

O quadro geral do CROSP

A análise dos *workshops* temáticos do CROSP destacou vários **princípios orientadores**, **prioridades políticas** e **estratégias**, bem como **ações-chave** que apoiam a reorientação do papel dos serviços especializados para apoiar a educação inclusiva. Estas conclusões foram organizadas num quadro mais amplo que inclui todos os elementos essenciais para o processo de mudança.

1. Princípios orientadores

Os princípios orientadores são princípios gerais que sustentam a implementação de políticas e estratégias e a capacidade das partes interessadas para implementar a educação inclusiva diariamente.

Podem ser vistos como **temas abrangentes** intimamente ligados à mudança do papel dos serviços especializados. Proporcionam às partes interessadas dos serviços regulares e especializados uma visão partilhada do papel dos serviços especializados, apoiando assim a cooperação. Alinham-se e fornecem evidências adicionais aos recentes **Princípios-Chave** da Agência (2021) que apoiam a implementação do desenvolvimento e da prática de políticas inclusivas.



O quadro geral do CROSP é composto por **seis princípios orientadores que se complementam mutuamente**:

Princípio orientador 1: Desenvolver um compromisso comum para a educação inclusiva

Todas as partes interessadas devem desenvolver valores partilhados e um compromisso comum para facultar a todos os alunos oportunidades de aprendizagem de alta qualidade em ambientes regulares. Os serviços especializados para alunos que precisam de apoio devem basear-se numa abordagem sociopedagógica, e não numa abordagem médica.

Princípio orientador 2: Promover a troca de conhecimentos e adquirir competências inclusivas através da cooperação e do trabalho em rede

Os decisores e os profissionais da educação, tanto do setor regular como do setor especializado, devem trocar conhecimentos através da colaboração em todos os níveis educativos, bem como a nível local/regional/nacional.

Princípio orientador 3: Facultar formação profissional contínua sobre inclusão

Devem ser facultadas oportunidades de aprendizagem contínua a toda a equipa de serviços especializados e regulares, incluindo elementos com cargos de liderança (ou seja, com o objetivo de inculcar aptidões e competências inclusivas).

Princípio orientador 4: Apoio à liderança e gestão da escola inclusiva

Uma abordagem de desenho universal para o ensino e a aprendizagem deve funcionar como um recurso e sustentar o trabalho de profissionais com cargos de liderança, tanto do setor regular como do setor especializado.

Princípio orientador 5: Incentivar o envolvimento ativo das partes interessadas

As famílias, os alunos e outras partes interessadas da comunidade devem ser apoiados para participar ativamente no processo de aprendizagem e ensino.

Princípio orientador 6: Promover a monitorização e a avaliação contínuas

Todos os funcionários dos serviços especializados e regulares devem trabalhar no sentido de uma abordagem global da escola, com foco nas barreiras e nos facilitadores do ensino e da aprendizagem.



2. Prioridades e estratégias políticas

Cada princípio orientador está ligado a prioridades e estratégias políticas que os países identificaram como práticas eficazes durante os workshops. Estes são **objetivos de longo prazo** a seguir pelas políticas em relação à mudança do papel dos serviços especializados.

Cada princípio orientador engloba algumas das principais prioridades e estratégias políticas que apoiam a mudança do papel dos serviços especializados, ao mesmo tempo que se complementam. Os países consideram estas prioridades e estratégias políticas fundamentais para cumprir os valores expressos nos princípios orientadores.

3. Ações-chave

Cada prioridade e estratégia política pode ser dividida em ações-chave, como **exemplos de implementação eficaz** das políticas e estratégias associadas. Estas abrangem questões de **financiamento, governação, desenvolvimento de capacidades e garantia de qualidade** que permitem às partes interessadas implementar as políticas e estratégias a que se referem.

As ações-chave consideram:

- O que deve ser feito
- Como deve ser feito
- Como verificar a efetividade.

Como mostra a Figura 1, cada princípio orientador está vinculado a várias prioridades e estratégias políticas, bem como a várias ações-chave a serem consideradas de forma holística.

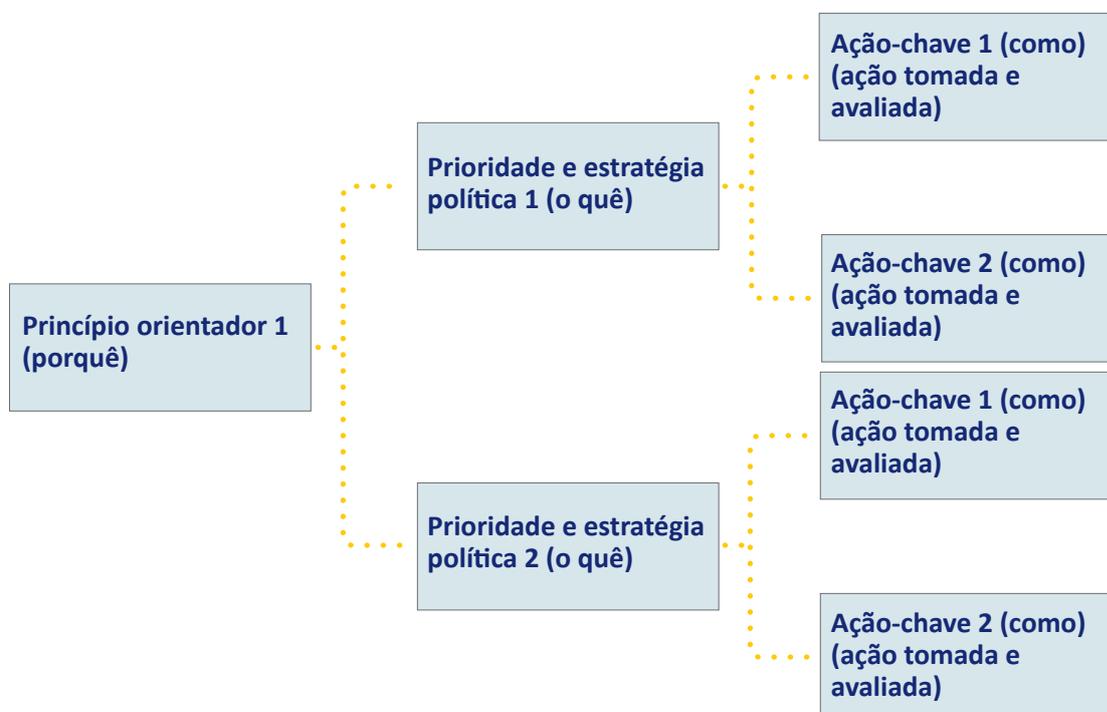


Figura 1. Interligações entre princípios orientadores, prioridades/estratégias políticas e ações-chave



A ferramenta de autorrevisão do CROSP: um roteiro para a mudança do papel dos serviços especializados

O quadro do CROSP foi a base para o desenvolvimento de um **roteiro para a mudança do papel dos serviços especializados**. Este roteiro fornece uma visão holística das prioridades e estratégias políticas e dos principais passos ou marcos para uma implementação eficaz.

Destina-se particularmente a:

- ajudar os países na avaliação/monitorização das suas próprias situações, ao identificar pontos fortes e fracos e em que fase se encontram no seu percurso para a mudança do papel dos serviços especializados;
- apoiar os países na definição de áreas políticas que têm de ser mais desenvolvidas e dos próximos passos a dar, juntamente com as responsabilidades de todas as partes interessadas.

No geral, este roteiro estabelece uma ligação entre os 6 princípios orientadores e 17 prioridades e estratégias políticas, conforme mostrado na Figura 2.





Figura 2. O roteiro do CROSP



Princípio orientador 4

Apoio à liderança e gestão da escola inclusiva

Prioridade/estratégia política 4.1: Os diretores das escolas promovem uma visão inclusiva, incluindo valores mútuos, uma linguagem e compreensão comuns e uma abordagem holística

Prioridade/estratégia política 4.2: Garantir as capacidades e a confiança da liderança da escola dos setores regular e especializado para apoiar a educação inclusiva

Prioridade/estratégia política 4.3: A liderança e a gestão da escola apoiam a educação inclusiva através da colaboração

Princípio orientador 5

Incentivar o envolvimento ativo das partes interessadas

Prioridade/estratégia política 5.1: Existem políticas e estratégias nacionais abrangentes em vigor que foram desenvolvidas após uma ampla consulta com todas as partes interessadas, com uma visão política e vontade claras

Prioridade/estratégia política 5.2: A política garante que os alunos e as famílias sejam os elementos principais e que sejam considerados um recurso-chave no processo de aprendizagem e ensino

Princípio orientador 6

Promover a monitorização e a avaliação contínuas

Prioridade/estratégia política 6.1: Existem indicadores nacionais de educação inclusiva de qualidade que têm em conta a variação local, a diversidade das necessidades dos alunos e o papel dos serviços especializados

Prioridade/estratégia política 6.2: Existem estruturas/processos cooperativos em vigor para a monitorização e avaliação

Prioridade/estratégia política 6.3: Existe um sistema abrangente para a monitorização de como os serviços especializados apoiam o setor regular na implementação da educação inclusiva (abrangendo os subsistemas de avaliação interna e externa)



A **ferramenta de autorrevisão do CROSP** inclui todos os princípios orientadores, prioridades/estratégias políticas e ações-chave indicativas sob a forma de perguntas autorrefletivas.

Esta ferramenta destina-se principalmente a decisores a nível nacional/regional/local, bem como a profissionais a nível escolar. Pode permitir aos decisores e outros profissionais refletir e desenvolver um *continuum* de apoio para a educação inclusiva.

A ferramenta do CROSP é um **documento de fonte aberta**. Os países fazem dela uma base para validá-la e adaptá-la aos seus contextos nacionais. É importante tratar a ferramenta como um instrumento em evolução. Os países são incentivados a:

- adaptar as questões, definições e itens às realidades educativas nacionais;
- cooperar e formar redes que funcionem a nível interministerial, interterritorial e interprofissional;
- usar a ferramenta como um meio para garantir o envolvimento das partes interessadas na mudança do papel dos serviços especializados.

Observações finais

O percurso dos países para a reorganização dos serviços especializados pode seguir vias diferentes. No entanto, todos os países devem considerá-lo um processo faseado e contínuo que segue os mesmos princípios e o mesmo objetivo principal de facultar educação de alta qualidade a todos os alunos.

O projeto CROSP forneceu conhecimento prévio e sugeriu um quadro geral para este objetivo. A ferramenta do CROSP, sendo o principal resultado do projeto, pode servir como um recurso para iniciar ou continuar o processo em curso de apoio à mudança do papel dos serviços especializados.

A ferramenta permite a partilha de conhecimento entre profissionais dos serviços regular e especializado, envolvendo-os na reflexão e ação coletivas com vista ao desenvolvimento de sistemas de educação inclusiva.

Os países também podem ver a ferramenta como um estímulo à discussão, com o objetivo de, em conjunto, definir valores partilhados, uma linguagem, estratégias e ações comuns, bem como planos específicos de implementação. Permite a cooperação transnacional, com diferentes países a atuar como «amigos críticos», partilhando experiências e fornecendo apoio mútuo.

Espera-se que esta ferramenta seja ainda adaptada e validada para uso nos contextos nacionais e ajude os países no seu esforço para desenvolver sistemas educativos mais inclusivos.



Referências

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2015. *Posição da Agência sobre os sistemas de educação inclusiva*. Odense, Dinamarca

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2019. *Changing Role of Specialist Provision in Supporting Inclusive Education: Mapping Specialist Provision Approaches in European Countries [Mudança do papel dos serviços especializados no apoio à educação inclusiva: Mapeamento de abordagens de serviços especializados em países europeus]*. (S. Ebersold, M. Kyriazopoulou, A. Kefallinou e E. Rebollo Píriz, ed.). Odense, Dinamarca

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2021. *Princípios-Chave – Apoio ao desenvolvimento e à implementação de políticas para a educação inclusiva*. (V. J. Donnelly e A. Watkins, ed.). Odense, Dinamarca

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2022. *Changing Role of Specialist Provision in Supporting Inclusive Education: Formative Evaluation of Peer Learning [Mudança do papel dos serviços especializados no apoio à educação inclusiva: Avaliação formativa da aprendizagem entre pares]*. (H. Weber, ed.). Odense, Dinamarca

Andrews, M. e Manning, N., 2015. *A study of peer learning in public sector reforms. Experience, experiments and ideas to guide future practice. Part Three: Annexes [Um estudo sobre a aprendizagem entre pares nas reformas do setor público. Experiência, experimentações e ideias para orientar a prática futura. Parte Três: Anexos]*. Paris: Effective Institutions Platform

Conselho da União Europeia, 2018. *Recomendação do Conselho, de 22 de maio de 2018, relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino*. (2018/C 195/01)

Organização das Nações Unidas, 1989. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. 20 de novembro de 1989

Organização das Nações Unidas, 2006. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. 13 de dezembro de 2006

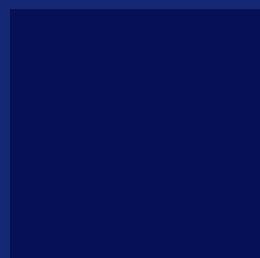


Secretariado:

Østre Stationsvej 33
DK-5000
Odense C
Denmark
Tel.: +45 64 41 00 20
secretariat@european-agency.org

Delegação em Bruxelas:

Rue Montoyer 21
BE-1000
Brussels
Belgium
Tel.: +32 2 213 62 80
brussels.office@european-agency.org



www.european-agency.org